

Webinário destaca luta histórica pelos direitos das mulheres e anuncia pesquisa sobre participação feminina na JF1



realização de pesquisa que coletará informações sobre quais são as principais dificuldades, vantagens e necessidades das mulheres da JF1. “Não podemos fazer absolutamente nada sem sabermos o que está acontecendo, então, faremos um levantamento de dados em primeiro lugar para depois podermos realizar aquilo que é necessário”, afirmou.

A pesquisa foi lançada durante o evento e já pode ser acessada de 13 a 20 de julho pelas desembargadoras, juízas, servidoras, ocupantes de cargo em comissão, terceirizadas e estagiárias do 1º e 2º graus da Primeira Região. Basta acessar no link: <https://bit.ly/2Onu9J8>

O corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, destacou a importância do webinário “destinado não somente a tratar competência relacionada às mulheres do nosso Brasil, mas também se relaciona sobre o emprego da cidadania no seu sentido mais amplo, homens e mulheres todos iguais com as mesmas atribuições, mas, sobretudo, voltado para o interesse da dignidade da pessoa humana”.

Ele ressaltou a realização da pesquisa, como importante ponto de partida para os trabalhos que se iniciam. “Parablenzo essa iniciativa de lançamento de uma pesquisa a ser realizada no âmbito do TRF1 sobre o ambiente de trabalho para as mulheres e que trata da participação delas no Poder Judiciário e das políticas institucionais de equidade de gênero”, afirmou o ministro Humberto Martins. “O direito fundamental da igualdade entre homens e mulheres nada mais é que o espelho de uma sociedade justa, livre, igual e solidária”.

DIVERSIDADE – A história da luta na busca dos direitos femininos foi o tema do pronunciamento da subprocuradora-geral da República Raquel Dodge. Ela discorreu sobre a importância do TRF1, que por ser o maior tribunal regional do País, tem uma população diversa. “Um Tribunal que se dirige às minorias e, também, às populações urbanas, de uma complexidade extrema, que exige de sua Presidência e de seus magistrados enorme dedicação e zelo”, pontuou.

Dodge lembrou a trajetória das mulheres na busca por direitos políticos. A conquista pioneira, somente possível em 24 de fevereiro de 1932, com a assinatura de um decreto pelo então presidente Getúlio Vargas. Segundo a subprocuradora-geral, devido à sua relevância histórica, a data do dia 24 de fevereiro foi transformada no dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil pela Lei 13.806 de 2015. “O Dia da Conquista é somente uma expressão que revela a dificuldade que as mulheres têm de obter direitos”, afirmou.

Outro momento histórico lembrado pela subprocuradora-geral foi a luta por direitos civis nos Estados Unidos e como esta luta veio influenciar a de mulheres brasileiras. “É relevante compreender como o debate na busca pelos direitos políticos femininos no Brasil se conecta com a história da busca pela igualdade de gênero no mundo”.

Dodge destacou, também, que a evolução dos direitos das mulheres no Brasil, apesar de ser muito rápida, ainda é incompleta. “Precisamos lembrar que, no Brasil, foi preciso que uma lei, a Lei Maria da Penha, que garante a integridade da mulher sobre o próprio corpo, para conseguirmos algum avanço contra a violência doméstica contra mulheres. Uma lei para possibilitar a garantia dos direitos civis e políticos de mulheres brasileiras”, asseverou.

“Nós só poderemos ter plenos direitos civis se tivermos condições de participarmos da vida pública, de sermos cidadãos. A luta por igualdade não é uma luta por substituição de atores na vida pública e privada, é uma luta por convivência em ambiente de igualdade em que todos têm voz e possam apresentar a sua contribuição”, concluiu a subprocuradora-geral Raquel Dodge.

Em seguida, apresentou-se a procuradora de Justiça e conselheira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Ivana Farina, que salientou a importância do evento para todas as mulheres, principalmente para as mulheres do Poder Judiciário. “Nós, mulheres do sistema de Justiça, quando falamos de ações por equidade, falamos porque temos um diagnóstico e sabemos que não há um equilíbrio”, observou a procuradora.

Justamente por isso é importante a realização de mais eventos como este, conforme ressaltou no encerramento o presidente do TRF1, desembargador federal I'talo Mendes. “Precisamos ter essa discussão sempre travada, pois depois deste momento de pandemia nascerá um mundo diferente, fruto de discussões, que poderá ser mais fraterno, mais humano e mais digno”, concluiu o magistrado.

A Comissão TRF1 Mulheres foi instituída pela Portaria Presi 98966321, no dia 6 de março de 2020, Para contatá-la, envie e-mail para: trf1mulheres@trf1.jus.br

A Comissão TRF1 Mulheres foi instituída pela Portaria Presi 98966321, no dia 6 de março de 2020, Para contatá-la, envie e-mail para: trf1mulheres@trf1.jus.br

Hoje tem webinar da ABPI com participação da ministra Carmen Lúcia e da desembargadora federal Neuza Alves

A JUSTIÇA POR ELAS: ONDE ESTAMOS E PARA ONDE VAMOS 

 Carmen Lúcia Ministra do Supremo Tribunal Federal	 Neuza Alves da Silva Desembargadora Federal aposentada do TRF1
 Renata Gil Juíza de Direito do TJRJ e presidente da AMB	 Caroline Tauk Juíza Federal do TRF2 e Juíza Auxiliar do STF
<p>Moderação: Roberta de Magalhães Fonteles Cabral Advogada e sócia do escritório Dannemann Siemsen</p>	

 13/07

 18h00

 Webinar

EVENTO GRATUITO - INSCREVA-SE

A ABPI apresentará hoje, dia 13 de julho, às 18h, o webinar “A Justiça por elas: onde estamos e para onde vamos?”, com palestra de abertura da Ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Carmen Lúcia.

O evento, que discutirá temas atuais relacionados à evolução e à luta das mulheres para fazer valer seu direito constitucional à igualdade e à dignidade, sobretudo no espaço público, trará outras mulheres de destaque no ambiente jurídico, como a desembargadora federal aposentada do Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF1) Neuza Alves da Silva, a juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) e presidente da AMB Renata Gil e a Juíza Federal do Tribunal Regional Federal da Segunda Região (TRF2) e Juíza Auxiliar do STF Caroline Tauk. A mediação ficará por conta da Advogada e sócia do escritório Dannemann Siemsen, Roberta de Magalhães Fonteles Cabral.

O evento é gratuito e para se inscrever basta acessar o link: <https://bit.ly/2Cf4GPn>

Aniversariantes

Hoje: Cybele Ribeiro Barreto (NUMAN) e Milla Trindade Borges (Feira de Santana).

Amanhã: Fernanda Marques Rosa (Turma Recursal), Helio Goncalves de Moraes (Ilhéus) e Gutemberguer Ceará Silva (Feira de Santana).

Parabéns!

EXPEDIENTE: Coordenação-Geral: juiz federal Fábio Moreira Ramiro, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Redação, fotos, distribuição, revisão e impressão:** Serviço de Comunicação Social - SERCOM. **Encarregada:** Rita Miranda. **Diagramação e redação:** Rodrigo Sarmento Silva dos Santos. **Tiragem:** 4 exemplares. **Telefones:** (71) 3617-2616. **Endereço:** Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. **Site:** portal.trf1.jus.br/sjba **E-mail:** jfh@trf1.jus.br